

O estatuto do adjetivo na *Gramática da Lingoagem Portuguesa*:  
herança ou inovação?

Fernando Martinho  
(Universidade de Aveiro)

**Resumo**

A *Gramática da Lingoagem Portuguesa* constitui reconhecidamente, pela sua inovação, um marco na história da renovação gramatical e linguística do séc. XVI. Neste trabalho, tentaremos contudo mostrar que a teoria gramatical de Fernão de Oliveira representa, no que diz respeito às categorias lexicais em geral e ao adjetivo em particular, um caso de reprodução fiel do discurso clássico.

**Palavras-chave:** gramática, história da língua, léxico, adjetivo

**Summary**

*Gramática da Lingoagem Portuguesa* is considered, because of its innovation, as a mark along the history of the linguistic and grammatical renovation occurred in the Portuguese XVI<sup>o</sup> century. However, as far as the lexical categories, and specially the adjectival category, are concerned, we shall try to show that the grammatical theory of Fernão de Oliveira can be seen as another case of a faithful reproduction of the classical grammar.

**Keywords:** grammar, language history, lexicon, adjective

**Introdução**

A existência autónoma da categoria lexical ‘adjectivo’ não é atestada na gramática senão numa fase tardia da elaboração da sua terminologia. O vocábulo ‘adjectivo’ existe desde o início da tradição gramatical como adjectivo, mas não como nome. Desacreditado como termo redundante, remetido para o plano do acidente, afastado do plano da essência, incapaz de constituir oração só por si, o adjectivo não é objecto de comentários muito extensos na história da gramática, desde a sua presença apagada no discurso gramatical inicial até ao seu reconhecimento tardio como categoria plena. A *Gramática da Lingoagem Portuguesa* —doravante *GLP*—, de Fernão de Oliveira, marco na história da língua portuguesa, constitui, nesse percurso de afirmação, uma etapa obrigatória. Neste trabalho, depois de lembrar brevemente o quadro conceptual em que o adjectivo nasceu, tentaremos

perscrutar os seus reflexos na gramática renascentista portuguesa, de que a *GLP* representa uma primeira versão.

### 1. Do *epitheton* ao *adiectivum*

Os primeiros esboços de ordenação das partes do discurso aparecem não por iniciativa dos gramáticos mas daqueles para quem a linguagem era um instrumento de persuasão. A especulação retórica pode de facto ser considerada como ponto de partida de uma vasta reflexão sobre a constituição da gramática em moldes filosófico-gramaticais. No caso concreto do *nascimento* do adjectivo, a dívida dos gramáticos é grande para com Aristóteles, pois foi o filósofo Estagirita quem primeiro mencionou o termo *epíteto*, e ele também quem estabeleceu a distinção primordial entre qualidade e substância.<sup>1</sup> O termo *epitheton* aparece no livro II da *Retórica*, nos capítulos dedicados às qualidades e defeitos do estilo. Os exemplos dados atestam uma dupla extensão: por um lado, a de ‘termo acrescentado’, e, por outro, na medida em que é um termo em rigor desnecessário à denotação, a de redundância da expressão: são casos de *epitheton* toda e qualquer espécie de ampliação do significante ou denominação alternativa, como em ‘leite branco’, sendo por isso encarados como adornos estilísticos, de uso cauteloso, sob pena de sobrecarregar a prosa, nota Aristóteles, de “traços poéticos”.<sup>2</sup>

Outra fonte preciosa da génese da categoria adjectival é o tratado das *Categorias*. Duas das *categorias* apontadas por Aristóteles são a ‘substância’ (*ousía*), de que são exemplos *ánthrôpos* ‘homem’ ou *hippos* ‘cavalo’, e a ‘qualidade’ (*poión*), exemplificada por *leukón* ‘branco’ ou *grammatikón* ‘competente em gramática’. Quando transposta para a teoria da gramática, no período alexandrino, esta classificação ontológica é submetida a um processo de ‘espeiação’ linguística: assim, Dionísio de Trácia e Apolónio Díscolo

---

<sup>1</sup> Não é aqui lugar para abordar a vasta questão da origem das categorias gramaticais, nem do papel da especulação filosófica nessa génese. Sobre o papel geral de Aristóteles na génese das categorias gramaticais, cf. Lallot, J. (1992).

<sup>2</sup> O *epitheton* deve ainda estar em harmonia com o tema denotado, sendo por exemplo cuidadosamente escolhido no registo moral.

referem a *categoria* ‘substância’ como sendo denotada por *nomes apelativos* (ou comuns)<sup>3</sup> e apontam as ‘qualidades’ como casos de *nomes adjectivos*.<sup>4</sup>

A etimologia do conceito em análise não se limita contudo ao estrito paralelismo logico-gramatical, como aponta também para considerações estritamente formais e posicionais. A categoria adjectival, conceito de natureza estética e retórica no discurso filosófico, é de ordem configuracional no discurso gramatical dele extraído: o adjectivo aparece na gramática como o reflexo de um fenómeno de adjunção, caracterizado pela proximidade sintáctica da substância. Apolónio resume claramente, na sua *Sintaxe*, a evolução da noção, da sua origem filosófico-retórica ao estatuto semântico-sintáctico de ‘*nome adjectivo*’. O adjectivo é, nos termos de Apolónio, um acidente da substância, um “acidente secundário que afecta a qualidade” da substância. Dedicado à expressão dos acidentes, o adjectivo desempenha pois na gramática um papel óbvio: é por natureza um desambiguador referencial, isto é, funciona como um factor discriminante da referência nominal. Embora incluído na classe dos nomes, deixa de ser um ‘*nome por acréscimo*’, para revestir uma denominação complementar destinada a desempenhar as funções de corrector da ambiguidade própria da substância. Embora deva ser acompanhado pelo substantivo para obter sentido, o adjectivo é portador exclusivo de uma extensão do significado.<sup>5</sup>

Os gramáticos da época latina, dominados por uma orientação pragmática e pedagógica que os leva a reduzir a especulação grega a modelos sistemáticos, elaboram um discurso gramatical essencialmente virado para as artes do discurso. O termo ‘adjectivo’ é atestado no latim gramatical com a forma *adiectivum*, supino de *adjacere*, consagrada na

---

<sup>3</sup> Caso de ‘homem’ e ‘cavalo’, exemplos de nomes apelativos.

<sup>4</sup> Nesta expressão, “adjectivo” deve ser entendido como um adjectivo atributivo.

<sup>5</sup> A filiação ficou assim traçada entre categorias ontológicas e espécies gramaticais. A existência desta continuidade entre ontologia e gramática terá sido mais ou menos inevitável, se considerarmos que os gramáticos alexandrinos — e os seus herdeiros —, nutridos de doutrina peripatética, terão naturalmente considerado o aparato conceptual das *Categorias* como um quadro ideal para a elaboração da sua teoria das partes do discurso (Cf. Ildefonse (1997)). Terão assim transposto a linguagem filosófica aristotélica em metalinguagem gramatical para formular as suas definições e justificar os seus exemplos, sendo essa continuidade particularmente óbvia e inevitável em casos fortemente analógicos como ‘relação’ / ‘relativo’ ou ‘substância’ / ‘substantivo’. Essa transposição, que consiste em moldar classes mentais em classes linguísticas, baseia-se no pressuposto de um justo paralelismo entre o filosófico e o linguístico.

expressão *adiectivum nomen*, “nome que se acrescenta”, induzida de Dionísio. Macróbio, nas suas *Saturnalia*, relembra assim: « *adiectivum quod Graeci επιθετον vocant* ». De Donato a Prisciano, a tradição mantém a divisão em classes lógico-semânticas. Os gramáticos, reconhecendo a autoridade de Aristóteles, retomam o modelo helénico baseado num conjunto de classes de palavras, sendo ponto comum a permanência do adjectivo na classe dos nomes (o ‘*nomen adiectivum*’ continua a ser, na tradição latina, uma mera subdivisão do nome).

O discurso gramatical latino não é, no entanto, no que diz respeito ao adjectivo, uma mera cópia da gramática alexandrina, mas reconhece a necessidade de uma espécie adjectival, que, embora ainda inserida na classe nominal, adquire autonomia acrescida num quadro morfo-sintáctico renovado. Define-se o adjectivo formalmente, distinguindo-o nitidamente do substantivo, reconhecendo-lhe por exemplo capacidades gradativas<sup>6</sup> e uma relativa mobilidade sintáctica, permitindo assim que cristalizem as oposições fundamentais entre a categoria gramatical e a categoria retórica, que se construam os conjuntos de distinções e hierarquizações dentro da categoria nominal e que se formalizem as relações da categoria adjectival com a flexão (caso, grau, número e género). Prisciano sintetiza, no séc. VIº, nas *Institutiones*, a tradição greco-latina, deixando do adjectivo a seguinte definição:

Os adjectivos são assim chamados porque se acrescentam habitualmente a outros apelativos (nomes comuns) que designam a substância, ou até a nomes próprios para lhes manifestar a qualidade ou a quantidade, as quais podem ser aumentadas ou diminuídas sem que diga respeito à substância, como *bom animal, grande homem, gramático sábio, grande Homero*.<sup>7</sup>

O par ‘nome adjectivo’ / ‘nome substantivo’ constitui um domínio de aplicação exigente dos mecanismos gramaticais. O conteúdo semântico veiculado pelo nome adjectivo (‘*acidente da substância*’) destina-o naturalmente a entrar em composições sintácticas denotadoras de uma relação entre acidente e substância, isto é, as construções predicativas: casos em que o adjectivo pode estar numa posição adjacente à substância ou separado dela

---

<sup>6</sup> Prisciano considera como fazendo parte da definição do adjectivo a “comparação”.

<sup>7</sup> Prisciano, *Instituições gramaticais*, GL II & III [v.525], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :19).

por um verbo copulativo. Essa relação entre substância e acidente manifesta-se sob forma de flexão, já que existem regras de acordo morfológico e casual entre os constituintes envolvidos. A permanência do adjetivo na classe dos nomes é, aliás, baseada em argumentos de ordem didáctica, sendo que, como nota Varrão, o mesmo representa o melhor exemplo da regularidade e estabilidade das declinações nominais. Por outro lado, a distinção adjetivo / substantivo fica bem vincada no facto de o ‘nome substantivo’ ser incompatível com a posição de predicado adjectival, ao passo que o ‘nome adjectivo’ é caracterizado pela sua ausência de autonomia sintáctica, sendo obrigatoriamente predicativo de um nome.

O adjectivo é pois declarado uma ‘variedade’ do nome, não parecendo existir necessidade descritiva para o isolar. Essa variedade assenta em algumas propriedades básicas, reconhecidas por toda a tradição gramatical ocidental: (i) o adjectivo tem uma função sintáctica, a de ser “acrescentado” ao nome, e uma definição semântica de “acidente da substância”; (ii) o adjectivo é um termo morfológicamente rico, caracterizado em particular pela sua capacidade em manifestar diversos tipos de graus e pela partilha de informação casual et flexional com o substantivo; (iii) o adjectivo é um termo distribucionalmente dependente do substantivo, elemento com o qual mantém uma relação de adjacência.<sup>8</sup>

## **2.O adjectivo renascentista**

A eclosão das gramáticas renascentistas em pouco alterou o estatuto categorial do adjectivo, tal como definido no ponto anterior. Os moldes greco-latinos das partes do discurso, cristalizados pelas obras de Dionísio, Apolónio, Donato, Prisciano, são entusiasticamente retomados pelos gramáticos humanistas e fielmente reproduzidos e adaptados, com mais ou menos felicidade, às novas línguas.

A gramática renascentista retoma a tradição greco-latina, com toda a sua elaboração categorial e organizacional, de forma a que as línguas vernáculas possam legitimamente, como nota Verdelho (2001), “instituir-se como línguas escritas”:

---

<sup>8</sup> Cf. Martinho (2007)

[O português] tomou do latim as letras do alfabeto, e depois toda a elaboração metalinguística, as abstracções, as categorias, a concepção e o conhecimento das unidades e do funcionamento da língua.

A reflexão gramatical sobre a classe adjectival alimenta-se obviamente desse conhecimento metalinguístico latinizante. A gramática humanista europeia (João de Barros, Nebrija, Manuce, Sanctius, Sylvius, Meigret, Etienne, etc.) aborda o adjectivo em função de considerações especulativas fiéis aos cânones e de necessidades descritivas e prescritivas novas. Do ponto de vista da normalização e da fixação das línguas vernáculas são os critérios morfológicos assim como as considerações distribucionais fixadas pelos latinos que delimitam a categoria adjectival: o adjectivo depende da proximidade de um nome, ao qual se arrima obrigatoriamente e com o qual flexiona.<sup>9</sup> Será nesta perspectiva que convém analisar o modelo adjectival da *GLP*.

Para apreciar a posição de Fernão de Oliveira, primeiro a redigir uma gramática da língua portuguesa, justamente considerada em muitos aspectos como inovadora e original, parece-nos produtivo começar por observar a sua reflexão sobre o estatuto das novas línguas. Singular é a sua postura em relação à questão da legitimidade do Português. Para Fernão de Oliveira, não restam dúvidas de que são o Latim e o Grego os mananciais da língua portuguesa. Contudo, apela na sua gramática a que a língua portuguesa se liberte do peso da tradição, crie a sua própria legitimidade linguística e histórica e se torne num idioma digno de ser difundido pelo império português e imposto aos povos conquistados pelos seus novos senhores:

---

<sup>9</sup> Em Castelhana, é António de Nebrija que, em 1492, na *Gramática castellana* introduz e redefine, primeiro posicionalmente, depois morfológicamente, o termo ‘*adjectivo*’:

“Calidad, esso mesmo en el nombre, se puede llamar aquello por lo cual el adjectivo se distingue del substantivo. Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo, como si le quisiésemos llamar arrimado; substantivo se llama, por que está por sí mesmo, et no se arrima a otro ninguno; como diciendo, ombre bueno, ombre es substantivo, por que puede estar por sí mesmo; bueno, adjectivo, por que no puede estar por sí sin que se arrime al substantivo. El nombre substantivo es aquél con que se aiunta un artículo, como el ombre, la muger, lo bueno; o a lo más dos, como el infante, la infante, segund el uso cortesano. Adjectivo es aquél con que se pueden aiuntar tres artículos, como el fuerte, la fuerte, lo fuerte”. António de Nebrija, 1492 “Gramática castellana” ed. de 1946.

Tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma” (p.86).

A distância prudente afixada relativamente a “Roma” leva o humanista português a condenar a precipitação de aqueles que são “tão grandes bogios dos latinos que tomam suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias” (p.102). Pelo contrário, às “dições velhas”, “fora de seu tempo e costume”, o humanista diz preferir as línguas da modernidade:

é verdade que a fremosa menenice despois de velha não é para ver. E assi como os olhos se ofendem vendo as figuras que a elles não contentam, assi as orelhas não consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume. E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens. (p.128)

Na verdade, pela sua clareza e perfeição superior — “temos menos eiceições que os latinos e gregos”, diz o autor—, o Português, língua dos novos senhores do mundo, nada fica a dever ao Latim e Grego, que rotula de “linguas mui gabadas”:

“E assi como a nossa língua faz tudo quanto essoutras com mais brevidade e facilidade e clareza, assi também é mais de louvar sua perfeição” (p.150)

Este desejo de renovação, de sangue novo, anima toda a *GLP* e representa, na verdade, por sentenciar a língua clássica ao mesmo tempo que a celebra, uma reflexão original no âmbito do espírito renascentista. Alguma da importância histórica da *GLP* advém presumivelmente deste espírito de rebelião e distanciação em relação à herança greco-latina, que permitiu ao seu autor libertar-se parcialmente das dificuldades e incoerências inerentes aos projectos gramaticais renascentistas. De facto, as gramáticas quinhentistas — de Nebrija a Etienne— ilustram pela primeira vez as dificuldades encontradas pelos humanistas quando tentam forçar as novas línguas a entrar em moldes latinos, a despeito das diferenças evidentes que as separam do seu modelo, caso, por exemplo, da morfosintaxe do artigo ou da morfologia nominal.

Ora, no caso do Português, língua moderna com “menos exceções” e “mais conveniência” que as línguas clássicas, o projecto de redacção de uma gramática não levanta, segundo Fernão de Oliveira, dificuldades teóricas ou descritivas apreciáveis. Apesar de se distanciar das línguas clássicas, aproveita-lhes contudo sem hesitar o aparato terminológico e descritivo. Longe de inovar, pois, a sua teoria gramatical —nomeadamente a do adjectivo— reproduz e adapta fielmente o discurso clássico.

A *GLP* aborda o adjectivo em função de necessidades descritivas simples. São os critérios morfológicos e as considerações metalexicais fixadas pelos latinos que localizam a categoria adjectival: o adjectivo depende da sua proximidade com o nome, com o qual flexiona obrigatoriamente. Fernão de Oliveira, ao referir o termo ‘*adjectivo*’, não lhe reconhece de facto qualquer distinção com o nome, retomando exclusivamente os critérios morfosemânticos canónicos. A sua teoria das partes do discurso é essencialmente a mesma que a de Apolónio, Prisciano ou Donato, incluindo no texto a habitual classificação metalexical herdada das *categorias*. Assim, no capítulo XL, intitulado “Da analogia”, relembra o autor que o adjectivo é um nome —embora lhe sejam reconhecidas circunstâncias “meudas e particulares”—, o que faz dele uma variedade menor de uma das partes do discurso. Essa “parte” chamada “nome” abrange a clássica distinção entre “nome próprio”, “nome substantivo” ou “nome adjectivo”:

“os nomes se conhecem dos verbos e os verbos com os nomes das outras partes, porque são diferentes huns dos outros, e os nomes se conhecem por outros nomes, e os verbos por outros verbos, porque são em aghũa cousa e voz semelhantes cada parte destas com as outras do seu genero; e contudo não tanto que não tenham alghũas meudezas diferentes ou diferencias mais meudas e particulares, como o nome ser comum ou proprio, ajectivo e sustantivo, e o verbo pessoal e impessoal.”

No capítulo XLIV, dedicado à morfologia e intitulado “Dos nomes e seu genero”, Fernão de Oliveira, discursando sobre a distinção nome substantivo / nome adjectivo, adianta que, dadas as irregularidades da sua grafia, o adjectivo nem sempre é portador de género —sendo, então, invariável. Esse caso aponta, por exemplo, para as finais em **-um** dos adjectivos epicenos:

“Til com **i** faz os nomes masculinos, como patim e jardim; e com **o** também, como som e tom; com **u** também são masculinos, como hum, alghum, nenhum, e mais jejum e debrum. Este nome ajectivo comum serve a masculinos e femininos, porque não digamos nos femininos comã. Huns certos

nomes ajectivos acostumamos nós falar em um, como ovelhum, cabrum, porcum, e outros, os quaes damos genero masculino.

Do ponto de vista conceptual, a *GLP* retoma, de modo geral, a observação de Varão segundo a qual o nome adjectivo não tem género intrínseco, ao contrário do nome substantivo, cujo género é definido a nível do léxico:

Mas porém em seu lugar e tempo diremos que os nomes ajectivos e denotativos não têm certo genero por si.” (p.144)

Não beneficiando de autonomia sintáctica, desprovidos de género lexical autónomo, os adjectivos precisam de um nome para sobreviverem no discurso. Como tinha notado Carísio, o adjectivo aparece como uma classe necessariamente adjunta ao substantivo, para dele extrair a sua significação e a sua flexão. A permanência do adjectivo na classe dos nomes é, neste caso, baseada em argumentos de ordem morfológica, sendo que o adjectivo representa um caso particular das declinações nominais.

Ainda relativamente à morfologia do adjectivo, a *GLP*, referindo o caso da flexão de número, volta a destacar a classe adjectival:

“Os nomes acabados em letra consoante têm suas formações no plural de duas maneiras: os acabados em l mudam essa letra l em i e acrescentam s, que é proprio do plural, como cabeçal, cabeçais, real, reais. Assi quando é sustantivo como *ajectivo*.” (p.147).

De novo, a permanência do adjectivo como uma variedade da classe dos nomes assenta em argumentos de ordem morfológica, sendo que o adjectivo exhibe, em Português, exemplos de alternância flexional que são um subconjunto da morfologia flexional associada ao nome. A existência de flexão, ou mais precisamente de divisão de traços flexionais entre nome e adjectivo, é uma marca omnipresente, o que faz do adjectivo a segunda categoria mais flexionada —a seguir ao verbo—, e o destaca, aos olhos dos Clássicos, como um paradigma de regularidade. Essa divisão justifica-se por razões de ordem ontológica —qualidade e substância devem partilhar indícios—, mas também de ordem estrutural: quer como epíteto quer como predicado, o adjectivo é um satélite do nome e deve caracterizar-se pela sua adjacência à categoria nominal. O humanista português, fiel ao modelo clássico das partes do discurso, não levanta, pois, nenhuma objecção em incluir o

adjectivo na classe dos nomes, sendo aliás a instabilidade gráfica do ‘adjectivo’ em Português um exemplo particularmente interessante de morfologia nominal.

Num dos capítulos finais dedicados à sintaxe (cap. XLIX intitulado “Da construção”), ao observar de novo que as “leis e regras” do Português são mais estáveis (que as do Latim), sendo a gramática portuguesa mais sistemática na classificação das partes do discurso, o gramático português não hesita em incluir de novo o adjectivo e o substantivo na classe hiperonímica dos nomes:

“E nella (na derradeira parte da obra) mais que em alghüa outra guardamos nós certas leis e regras, posto que também nas outras partes da grammatica temos menos eiceições que os latinos e gregos, cujas linguas mui gabadas muitas vezes faltam na conveniencia dos nomes ajectivo e sustantivo, relativo e antecedente, e isso mesmo do nome com o verbo.” (p.152)

Tendo em conta a importância histórica do texto da *GLP*, concluímos que o esforço pedagógico desenvolvido para vulgarizar as “leis e regras” da gramática portuguesa não surtiu, no caso do adjectivo, nenhuma inovação teórica ou descritiva: o adjectivo continua a ser uma variedade do nome, e é, tal como o nome, sujeito a variação flexional. O objectivo da gramática limita-se à organização e ordenação da ortografia e da lexicologia portuguesas, não levantando questões terminológicas ou conceptuais arriscadas.

Do ponto de vista histórico, as inúmeras “orthographias” portuguesas posteriores —dos séc. XVII e XVIII— retomam e prolongam a via grafo-fonética traçada pela *GLP* e mantêm o adjectivo como subespécie do nome. Ao longo dos exemplos com que ilustra as suas regras ortográficas, Nunes de Leão<sup>10</sup>, por exemplo, classifica de ‘nomes’ termos como “afável, aflito, difficil, difuso, efeminado, eficaz, suficiente, belo, amarelo, singelo” (p.120), e “físico, simples, capaz, atroz” (p.136). Álvaro Ferreira Vera, na *Orthographia*<sup>11</sup>, outro tratado de ortografia latinizante da primeira metade do séc XVII, estabelece uma classificação sistemática de palavras do Português na qual, como seria de esperar, o autor transpõe rigorosamente a distinção latina das partes do discurso, referindo a classe do “nome”

---

<sup>10</sup> Duarte Nunes de Leão (1606), *Origem da lingua portuguesa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck

<sup>11</sup> Álvaro Ferreira Vera (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*, Lisboa, Mathias Rodriguez.

exemplificada por ocorrências como “difícil, geral, afável, difuso, disforme, suficiente”. Relata precisamente, no capítulo dedicado à pontuação, a existência de ‘nomes adjectivos’, ilustrando a espécie através dos seguintes membros: “virtuoso, prudente, liberal, confiante”. Em 1666, outro tratado de ortografia, as *Regras*, de Bento Pereira, retoma os mesmos exemplos.<sup>12</sup> Também aqui, a distinção clássica ‘*nome appellativo / proprio / adjectivo*’ é frequentemente encontrada, sendo rotulados de ‘*nome adjectivo*’ (p.14) os casos já referidos por Ferreira Vera.<sup>13</sup>

Contudo, consequência da vertente especulativa da gramática renascentista, a definição do adjectivo evolui, ainda em período quinhentista, para novas oposições categoriais e semânticas (abstracto/concreto, mobilidade, grau, regras de acordo com o substantivo, etc.), das quais emerge uma proposta inovadora (relativamente à tradição) de distinção entre os nomes adjectivo e substantivo. Ao contrário de Fernão de Oliveira, Francisco Sanctius levanta a questão da ambiguidade classificatória do adjectivo, ao propor regras específicas —distintas das do nome— para o acordo adjectival. O autor da *Minerva* arrasa decisivamente o discurso retórico-gramatical clássico, que envolvia o adjectivo numa indefinição ético-semântica, quando invoca critérios formais e categoriais de identificação. Sobre o género, por exemplo, adianta:

Os nomes adjectivos não têm género, mas terminações segundo o género, ou, para falar como os gramáticos, “pessoas segundo o género”. [...] Por isso, o género só existe nos substantivos, e, uma vez o género conhecido, procura-se a terminação dos adjectivos. Assim, se não houvesse nomes adjectivos, ninguém levantaria a questão do género gramatical; e também não era o caso se os nomes adjectivos apenas tivessem uma terminação.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Bento Pereira (1666), *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor orthographia*, Lisboa, Domingos Carneiro.

<sup>13</sup> Bento Pereira, p.50. A nível da gramática do adjectivo, o séc. XVIII português é ainda dominado pela herança clássica. Citemos Luís Caetano de Lima, que retoma em 1736 a anterior análise ortográfica do Português. A terminologia usada para referir as grafias listadas inclui ainda o adjectivo na classe do nome, sendo que o autor classifica como ‘*nomes*’ termos como “Fatál, Atróz, Opáco, Estranho, Castanho, Affável, Admirável, Amável, Efficáz, Leál, Reál, Vermelho”, etc.

<sup>14</sup> Sanctius Franciscus (1587), *Minerua, seu de causis linguae Latinae*, citado por Colombat, Julien & Rosier (1992b:59).

Uma primeira diferença transparece, pois, entre nome e adjetivo: o género não é pertinente para definir a espécie adjectival, mas é uma marca contingente da espécie nominal.<sup>15</sup> Outro critério de definição é, para Sanctius, o grau. O adjetivo pode variar numa escala de comparação, o que não é o caso dos substantivos. O adjetivo é a única categoria portadora de grau, recusando o autor, contra a tradição, a existência de “nomes ou verbos comparativos”:

“À substância, diz Aristóteles, não se retira nem se acrescenta”, e ainda, falando da qualidade: “às palavras que designam uma qualidade, retira-se-lhes ou acrescenta-se-lhes”. Destas fórmulas concluímos que os comparativos não podem ser extraídos dos nomes substantivos. Enganam-se aqueles que pensam que as palavras “velho”, “jovem”, “adolescente”, “criança” são substantivos, visto serem absolutamente adjectivos.<sup>16</sup>

A categoria adjectival caracteriza-se por denotar não só a qualidade como também a quantidade da qualidade, permitindo, conseqüentemente, avaliar e comparar a sua extensão por meio de morfemas especializados. Na realidade, conclui Sanctius, “os nomes adjectivos nunca serão substantivos [...] Com efeito, o acidente não prevalece sobre a substância.” A categoria adjectival fica assim postulada.<sup>17</sup>

## Conclusão

Neste quadro, entende-se por que razão a *GLP* ficou em certa medida afastada do esforço de inovação da teoria gramatical lançada pelo pensamento humanista. De facto, dominada a nível operativo pela constituição da ortografia e da lexicologia modernas e a nível ideológico pela celebração das línguas da modernidade, a *GLP* não levanta questões terminológicas avultadas. Podemos verificar que a reflexão gramatical de Fernão de Oli-

---

<sup>15</sup> A mesma observação é feita por Fernão de Oliveira, como vimos, embora sem o cariz sistemático aqui reconhecido.

<sup>16</sup> *ibid* p.60.

<sup>17</sup> A renovação gramatical só chega a Portugal no início do séc. XIX, com Jerónimo Soares Barbosa. A sua ‘*gramática filosófica*’ representa de facto o momento de ruptura com a tradição latina, uma verdadeira pedrada no charco da terminologia em vigor, na medida em que Soares Barbosa inscreve explicitamente a sua reflexão no prolongamento de Port-Royal e na influência das *Luzes*. Cf. Martinho (2007).

veira permanece fiel ao quadro conceptual latino, rejeita a inovação e a especulação, para se concentrar na delimitação e definição da língua escrita e na constituição do texto histórico-literário.

Fernando Martinho  
fmart@ua.pt

## Referências bibliográficas

### 1. Livros

- APOLÓNIO DÍSCOLO, *Sintaxe*, ed. Uhlig, 1910
- BENTO PEREYRA (1666), *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor orthographia*, Lisboa, Domingos Carneyro
- CAETANO DE LIMA, L. (1736), *Orthographia da lingua portugueza*, Lisboa Occidental, officina de Antonio Isidro da Fonseca.
- NEBRIJA, A. de (1492), *Gramática castellana*, ed. de 1946
- NUNES DE LEÃO (1606), *Origem da lingoa portuguesa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck
- OLIVEIRA, Fernão de (1536), *Gramática da linguagem portuguesa*, edição crítica, semi-diplomática e anastática por Amadeus Torres e Carlos Assunção, Lisboa, 2000, Academia das Ciências de Lisboa
- FERRREIRA VERA, A. (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*, Lisboa, Mathias Rodriguez
- ILDEFONSE F. (1997), *La Naissance de la Grammaire dans l'Antiquité Grecque*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin
- LALLOT, J. (1989), *La grammaire de Denys le Thrace*, Paris, Editions du CNRS
- MARTINHO, F. (2007), *Semântica e sintaxe dos adjetivos graduáveis em Português*, dissertação de doutoramento, Universidade de Aveiro.
- SANCTIUS Franciscus (1587), *Minerua, seu de causis linguae Latinae*, Salamanca, ed G. Clérico, Presses Universitaires de Lille, 1982
- SOARES BARBOSA, J. (1807), *As Duas Linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*, Coimbra, Real Impressão da Universidade
- SOARES BARBOZA, J. (1822), *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 2ª ed. 1830.
- VERDELHO, T. (2001). “Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesas”. In: BIBLIOTECA NACIONAL (org.) *Caminhos do Português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas –catálogo*. Lisboa: Ministério da Cultura.

## 2. Artigos

- AUROUX, DELASALLE & JULIEN (1992), “L”adjectif dans les grammaires générales et les grammaires françaises des XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles”, *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- COLOMBAT, JULIEN, & ROSIER (1992), “L”adjectif dans la tradition latine”, *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- COLOMBAT, JULIEN, & ROSIER. (1992b), “La grammaire latine humaniste”, *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- DELESALLE S. (1992) “Les grammaires du français à l’âge classique: “adjectif” et l’adjectif”, *HEL*, 14/1
- LALLOT, J. (1994), “les parties du discours chez les grammairiens Grecs”, in *Les Classes de Mots, Traditions et perspectives*, ed. L. Basset e M. Perennec, Presses Universitaires de Lyon